

Conclusão

Esta dissertação teve como objetivo discutir se o oferecimento de segurança durante as fases iniciais do *peacekeeping* levaria ao sucesso da missão de paz. Tentamos chegar a uma resposta a partir da leitura do campo da resolução de conflitos combinada com a análise empírica de duas missões de paz da ONU no pós-Guerra Fria. Teoria e prática andam lado a lado neste campo de estudos, logo nosso estudo procurou ser fiel a esta realidade. O *peacekeeping* a partir dos anos 1990, dirigido às novas guerras, buscava não apenas acabar com a violência entre as partes, mas também resolver os problemas que motivaram a guerra, através de um enfoque mais amplo. Outros campos além do militar seriam privilegiados na busca pela resolução do conflito, de forma a atingir a paz duradoura. Assim, e apoiados por uma constante preocupação dos teóricos da área em relação aos aspectos materiais que levariam à segurança, propusemos que a superação do DSI, através dos seus verificadores – a reforma da polícia e da estrutura judiciária, o DDR e o retorno de refugiados –, seria condição determinante para o sucesso do *peacekeeping* multidimensional. A implementação destes elementos, buscados na literatura especializada e principalmente em Roy Licklider (2001), possibilitaria que uma operação de paz nos modelos do novo intervencionismo fosse considerada como bem sucedida, levando as partes a superar a desconfiança em relação à outra e cooperar para o cumprimento do acordo de paz. Uma vez garantida a segurança seriam abordadas as causas da guerra, trabalhando-se as estruturas de reconstrução do Estado.

A fim de comprovar nossa hipótese, propusemo-nos a estudar as operações desenvolvidas na BiH e em Serra Leoa, respectivamente UNMIBH e Unamsil. Ambas as operações foram concebidas como multidimensionais e consideradas como bem sucedidas. Através delas esperávamos responder positivamente à nossa pergunta de pesquisa, i.e., que o sucesso destas duas operações aconteceu porque houve a segurança necessária para que se abordassem os problemas que levaram as partes a optar pela luta armada, resolvendo-os. Nosso arcabouço

teórico se baseou na discussão desenvolvida por Miall et al (1999) e Ball (2001) principalmente. Estes autores apontam que as operações de paz no pós-Guerra Fria trabalhariam de forma bifásica, buscando encerrar o conflito entre as partes, para depois consolidar as instituições voltadas para o bem estar sócio-econômico da população. As medidas implementadas seriam coordenadas e integradas, permitindo que houvesse conexão entre as diversas etapas desenvolvidas. Isto resultaria no desenvolvimento de um Estado ancorado na justiça social e na convivência pacífica entre os diferentes grupos que o compunham. A segurança seria a responsável pelo sucesso dos programas desenvolvidos, pois reduziria o medo em relação ao outro e proporcionaria as bases para a construção das instituições estatais.

Todavia, pudemos apreender de nossos estudos empíricos que a segurança, apesar de importante para o novo *peacekeeping*, não foi elemento determinante para o sucesso destas missões. A ausência da violência física por si só não foi capaz de erradicar as causas do conflito, nem de construir as bases para as instituições que seriam criadas. Uma abordagem direcionada especificamente para a segurança tal como defendida neste trabalho não possibilitou esgotar os objetivos e ambições do novo *peacekeeping*. Reduzidas a estes termos, as novas missões de paz não se mostrariam diferentes das missões de *peacekeeping* tradicional.

Nossos dois estudos de caso deveriam nos levar a estas conclusões, mas suas análises não responderam às nossas expectativas, fazendo com que nossa hipótese seja revista. Apesar de ambos os casos estudados serem considerados exemplos de operações do novo *peacekeeping* bem sucedidas, apenas a UNMIBH demonstrou realmente se adequar integralmente a esta nova proposta. A Unamsil foi assim concebida, mas ao longo de sua presença, passou por mudanças na sua concepção que a fizeram se encerrar como uma operação de paz nos moldes tradicionais. Restou claro que a adequação da missão de paz ao modelo amplo é, acima de tudo, uma opção política dos países e agências envolvidas na intervenção: seu financiamento e adaptação à evolução dos acontecimentos no país dependem do apoio internacional. Isto acaba por ser fundamental para o sucesso ou o fracasso da missão da forma como esta foi concebida. Do estudo das duas missões foi possível perceber que o sucesso declarado pela ONU não

representa, necessariamente, o sucesso da missão dentro dos parâmetros do novo *peacekeeping*. Assim, dentro dos limites originalmente estabelecidos pelo nosso estudo, apenas a UNMIBH poderia ser considerada bem sucedida, enquanto a Unamsil estaria no rol das missões nos moldes tradicionais, ainda que dirigida a uma nova guerra e realizada no pós-Guerra Fria. Esta última deve ser considerada bem sucedida, apenas para os padrões de uma operação de *peacekeeping* tradicional, não um exemplo do novo intervencionismo.

As duas missões começaram a partir de esforços regionais que visavam restaurar a estabilidade nas áreas de conflito, passando posteriormente a serem alvos da preocupação global, em diferentes escalas. A BiH foi a primeira operação desenvolvida pela ONU no pós-Guerra Fria para a construção de um Estado, a partir de uma sociedade destruída pela guerra e segundo os moldes do *peacekeeping* multidimensional. O monitoramento constante por parte das organizações internacionais e ONG's envolvidas no processo de paz demonstrou o interesse em solucionar este conflito e acabar com a violência, no centro do continente europeu. Identificaram-se as causas da guerra e fez-se o possível para que sua resolução fosse atingida, encerrando a violência e consolidando as estruturas estatais, tal qual descrito no modelo bifásico utilizado neste trabalho. No caso de Serra Leoa, a ONU procurou mobilizar esforços na tentativa de estabilizar um país em guerra civil por quase dez anos, mas esbarrou na pouca vontade da comunidade internacional, às voltas com o processo de paz na BiH, e na resistência das partes em colaborar. A menor importância política do país africano foi um empecilho para os esforços de resolução do conflito. Diferentemente da BiH, faltavam recursos para os programas em Serra Leoa, interrompendo o seu desenvolvimento e comprometendo a participação dos ex-combatentes no processo de paz. Apenas quando a missão na BiH foi reduzida, já perto de seu fim, que a participação internacional se fez maior em Serra Leoa.

Em ambas as missões o fim da violência física foi buscado inicialmente pelos *peacekeepers*, com o deslocamento de tropas militares e a criação de uma força policial internacional capaz de conter e separar os grupos, evitando o seu enfrentamento. Ao mesmo tempo, foram promovidos esforços para a desmobilização e desmilitarização dos combatentes, numa tentativa de romper com a cultura da violência existente nos dois Estados. Mas a continuidade destes

esforços, com vistas à consolidação da paz duradoura em um ambiente de não-violência apresentou diferentes níveis de dedicação.

Encerrada a guerra de exclusão na BiH, percebeu-se que a paz a ser mantida não correspondia apenas ao fim da violência direta: a resolução do DSI por si só possibilitou à cooperação entre as partes, mas não resolveria as causas do conflito étnico. O conceito de paz foi então ampliado, permitindo abordar também as limitações que ameaçavam a convivência a médio e longo prazo da população civil. Isto permitiu que outras questões fossem abordadas, incluindo reformas no campo sócio-econômico, adequação das estruturas estatais à pluralidade étnica da população e o aumento da presença internacional no Estado. Estas garantias proporcionaram o fortalecimento dos laços de cooperação entre os grupos outrora em guerra e o respeito às diversidades étnica e cultural existentes no Estado bósnio. A questão da violência estrutural, indireta, era abordada conforme esta se mostrava presente, ao mesmo tempo em que o estabelecimento da segurança física era garantido. Esta atuação coordenada ajudou a fortalecer a presença da autoridade estatal na BiH, ainda que dividida entre o governo nacional e os das entidades. Os problemas que eventualmente surgiam eram resolvidos no decorrer da presença da missão, mantendo uma postura ativa dos *peacekeepers*, atenta às necessidades da reconstrução bósnia. Assim, foi possível atingir os objetivos do acordo de paz, que era o de possibilitar a volta dos refugiados e DI's ao território bósnio e às suas regiões de origem, mesmo havendo divergências quanto ao cumprimento do APD.

No caso da Serra Leoa, não houve igual adaptação na forma de agir, de modo a permitir que as forças internacionais se adequassem ao cenário que se construía no país. A insuficiência de apoio internacional impediu a consolidação do formato de operação de paz multidimensional, ainda que as partes, a partir de dado momento, cooperassem para os esforços para a paz. A falta de condições para os programas que eram desenvolvidos juntos com a etapa negativa do *peacekeeping* impediu que a violência estrutural fosse trabalhada de maneira adequada, influenciando no seu resultado final. O fim da Guerra Fria representou um grande passo para a consolidação da paz no Estado, mas a janela de oportunidade não foi aproveitada. As desigualdades sociais e as condições de miséria em que a população de Serra Leoa vivia continuaram a existir, mesmo

depois da saída da Unamsil, demonstrando que as causas da guerra não foram abordadas. A violência direta era preocupante, ocorrendo em níveis alarmantes e de maneira brutal. O seu fim era importante para ajudar a superar o DSI, mas não o suficiente para resolver as causas do conflito. O sucesso “formal” da missão não correspondeu aos objetivos esperados do *peacekeeping* multidimensional, mas sim aos do *peacekeeping* tradicional, quando se pretendia apenas evitar a violência direta entre as partes. Assim, as medidas concretas que foram atingidas – a recondução de um governo legítimo ao poder, o fim da guerra civil e a reforma parcial da polícia, exército e poder judiciário – já serviriam para satisfazer os interesses imediatos da comunidade internacional por resultados, mesmo que não satisfizessem as necessidades do *peacekeeping*. Estes frutos, por si só, não evitariam o retorno da guerra em um futuro próximo, apesar de contribuírem para o fim da guerra civil.

Em Serra Leoa o conceito de paz deveria ter sido igualmente ampliado, mas diante das dificuldades encontradas e da falta de apoio, não o foi: politicamente, os custos despendidos no país pareciam não compensar maiores esforços. O Secretário-Geral e o CS reconheceram que a Unamsil deveria ter abordado as estruturas da guerra, mas isto não se mostrou possível. Restaurar a ordem e instalar um governo considerado legítimo no poder parecia bastar para satisfazer a comunidade internacional. Como o controle das reservas de diamante e demais recursos minerais encontrados no país voltara às mãos do governo, Serra Leoa poderia retomar seu papel de exportador de recursos minerais, não ferindo maiores interesses, nem despertando maiores preocupações com os efeitos da guerra em médio e longo prazo.

Desta maneira, percebemos que apenas o fim da violência direta não poderia servir como referencial para o sucesso do novo *peacekeeping*. A experiência da UNMIBH nos mostrou que o sucesso das missões de paz decorreria de ações no campo da segurança acompanhadas da execução de programas que ajudem a superação da violência estrutural e do apoio da comunidade internacional no trato das questões. Tal enfoque permitiria abordar o conflito em duas frentes: a primeira através da redução da ameaça à integridade física das populações e indivíduos e a segunda, com a garantia de que o fim da violência direta será acompanhado de soluções para o trauma psicológico sofrido.

Aliviar o sofrimento material é um objetivo válido, mas não o bastante para resolver pendências anteriores à formação e crise do Estado. Esta segunda preocupação por nós apontada visa a atingir resultados em maior termo do que a primeira, porque não consistiria apenas na garantia da segurança do indivíduo nos tempos de paz – esta tradicionalmente entendida como a ausência de guerra –, mas também do oferecimento de condições que proporcionem que o potencial do indivíduo e da sociedade sejam atingidos integralmente. Com a guerra sendo apenas um pequeno pedaço das relações sociais, os teóricos do campo da resolução de conflitos e os *policy makers* devem também se preocupar em consolidar as demais relações sociais existentes no Estado, algo que não é comumente feito. Entender a formação e manutenção destas identidades e culturas passa a ser importante para saber lidar com os problemas que delas se originam. As novas guerras, justamente por trabalharem com estas diferentes noções de identidade, possuiriam um sentimento de Eu e Outro distinto daquele encontrado nas guerras tradicionais: o Eu e o Outro agora eram próximos e conviviam lado a lado na sociedade. Entretanto o discurso de bipolaridade proferido pela camada dominante em busca da manutenção de seus privilégios – formando o Eu – buscava romper com esta proximidade, criando uma imagem negativa de seu inimigo – o Outro, marginalizado – que deveria ser combatido, juntamente com aqueles que não se alinhavam com um lado ou com o outro (Keen, 2000, p. 6). O problema é que ao final do conflito interno, Eu e Outro estão novamente lado a lado na sociedade. A eliminação do adversário passaria a ser um objetivo buscado durante a guerra ou, não o conseguindo, privando o outro de bens políticos e materiais.

Assim, as operações de paz dirigidas às novas guerras não atingiriam seus objetivos se limitando somente a uma análise centrada unicamente no campo teórico da resolução de conflitos. Há respostas que devem ser buscadas em outras discussões teóricas, de modo a auxiliar os atores atuantes nessa área a atingir o sucesso de seus empreendimentos. Limitar os períodos de paz apenas à ausência de guerra é restringir os esforços do campo teórico da resolução de conflito e de seu instrumental apenas à limitação da guerra (Beer, 2000). O aumento da violência é uma tendência que se vem observando, enquanto a redução da ocorrência da guerra, conforme os modelos tradicionais, é uma realidade

(Galtung, 2000)⁹¹. Novas formas de se ver o conflito e entender seu funcionamento e, por conseguinte, sua prevenção e resolução devem ser buscadas, valendo-se do conhecimento aferido em áreas e teorias conexas. Apesar de essencialmente ancorado no empirismo, o campo teórico da resolução de conflitos deve se mostrar receptivo a contribuições de outras áreas do conhecimento, inclusive aquelas de natureza pós-moderna, que contribuiriam para uma abordagem integral do problema em tela. Seu campo teórico não é estático, nem tampouco restrito ao *problem solving*, tendo passado por transformações importantes que influenciaram sua pesquisa e sua relação com a realidade⁹²:

Conflict resolution is oriented toward conducting conflicts constructively, even creatively, in the sense that violence is minimized, antagonism between adversaries is overcome, outcomes are mutually acceptable to the opponents, and settlements are enduring (Kriesberg, 1997, p. 51).

Neste sentido, podemos lembrar a discussão feita por David Campbell (1998), um pós-estruturalista, a respeito de o porquê lutar – ou, no caso, intervir através de operações de paz. Como procuramos trazer na análise das duas missões, a delegação de poderes às operações de paz não é feita através de uma postura neutra: há grande discussão política ao seu redor. Seus ganhos e custos políticos acabam sendo mais relevantes para a atuação de uma missão de paz do que o próprio sofrimento humano que elas deveriam encerrar. Assim, Campbell busca apoio em Foucault para debater a responsabilidade de agentes externos ao conflito, problematizando a delegação desta responsabilidade e a obrigação dos Estados de agir. Isto exigiria novas posturas e condutas que não reduziriam a questão de “por que intervir” à esfera do apolítico, mas se devendo perceber a necessidade e a forma de agir dentro daquele contexto, delegando a ele as atribuições necessárias para o cumprimento do mandato dentro das necessidades encontradas naquele caso específico.

Uma segunda maneira de se abordar a questão da responsabilidade na resolução de conflito – e auxiliar o campo de estudos da área, tornando-o mais

⁹¹ Conforme nota n. 6.

⁹² Sobre a evolução do campo da resolução de conflitos, Miall et al (1999) e Kriesberg (1997) apresentam uma boa retrospectiva dos avanços e mudanças passadas na área. Bellamy e Williams (2004) reforçam a idéia de que as novas operações de paz devem ser vistas dentro de um contexto mais amplo e não se limitando a buscar a estrita resolução da questão da guerra, mas também se preocupando em oferecer formas de evitá-lo. Isto estaria de acordo com o que é defendido pelos autores que trabalham com os Estudos para a Paz.

abrangente – é pensar em termos da solidariedade pragmática, tal como sugerido por Alex Bellamy (2002). Baseando-se na idéia de que o conhecimento é obtido através de representações da realidade, a intervenção seria avaliada conforme corresponderem ou não a uma estrutura de um “regime da verdade”, que delimitara as fronteiras do conhecimento e dos sistemas de validação e de legitimação. Isto provocaria a “intervenção pragmática”, baseada em conceitos articulados através dos *we-groups* formadores da sociedade internacional, tendo-se diferentes critérios de legitimação e de verificação do sucesso de uma ação. Esta seria uma abordagem que privilegiaria, especialmente, a problemática das identidades envolvidas no conflito e na sua resolução, suprindo necessidades de outras áreas que em geral não são abordadas pelos teóricos do campo.

Frente a estas sugestões de trabalho, os conceitos utilizados nestas missões deveriam ser revistos, adequando-se às novas exigências: as definições de paz, violência, segurança e ameaça devem ser ampliadas, sob o risco de explicar apenas parcialmente a situação que pretendem apresentar. Como um efeito desta ampliação de conceitos, as novas operações exigiriam também maior comprometimento da comunidade internacional. Os desafios que as missões de paz encontram hoje demandam maiores esforços – políticos, econômicos e materiais – do que aqueles enfrentados à época do *peacekeeping* tradicional. O campo da resolução de conflitos não se limitaria apenas a resolver as disputas após o seu início, mas deve se preocupar também com a sua prevenção, antes que a violência direta volte a eclodir. Daí a necessidade de se trabalhar também com as condições que impeçam a violência estrutural, de modo que a dinâmica das novas operações de paz seja integralmente desenvolvida.

Em nosso capítulo 2 apontamos a necessidade de renovação da idéia de ameaça existencial e à estabilidade do sistema internacional, mas centramos nosso conceito de segurança civil em elementos materiais, que garantissem a segurança dos indivíduos dentro da referência estatal. Definimos segurança como a ausência de ameaças militarizadas que levaria à superação da sensação de incerteza quanto à postura violenta assumida pelo outro e ao relaxamento das tensões existentes entre os diferentes grupos dentro do Estado, começando a se formar os moldes para o estabelecimento da paz social. Contudo pudemos perceber que a limitação da idéia de segurança apenas a este tipo de ameaças não corresponderia aos

desafios enfrentado pelas novas operações de paz, especialmente se considerarmos que a lógica do *peacekeeping* visa não apenas resolver os problemas decorrentes dos conflitos, mas também aqueles que deram origem a eles, preservando o cenário de não-violência decorrente do *peacemaking*.

Mais do que buscar alternativas que atinjam à colaboração das partes, o campo teórico da resolução de conflitos deve preocupar-se com os meios que supram o que estas partes precisam, de maneira coordenada e organizada: a verdadeira segurança só poderia ser obtida por uma das partes quando a outra não for dela privada (Booth apud Bellamy, 2003, p. 328). Nas palavras de David Keen (2000, p. 15),

[t]his way of thinking tends to put education, employment and ensuring the rule of law at the heart of conflict prevention and resolution. In other words, it highlights the need for development – but probably not the kind of development that preceded the conflict.

Esta nova idéia de segurança implicaria, necessariamente, na renovação do conceito de paz, que passaria a não se limitar somente a descrever o cenário de ausência de guerra. A “nova” paz descreveria um cenário onde não apenas a violência direta está ausente, mas também uma situação onde houvesse as condições de desenvolvimento e consolidação da potencialidade individual e social, sendo considerado como violência aqueles elementos que restrinjam artificialmente esta potencialidade, seja ela de origem militar ou não. Isto significa que pode haver alguma forma de violência, desde que institucionalizada (Keen, 2000, p. 10) e que não afete de maneira anômala o potencial humano. O *peacekeeping* deve, portanto, criar condições para que no novo cenário formado no pós-guerra, a violência – tanto física, quanto estrutural – não seja um elemento repressor da potencialidade, através da reforma da sociedade, da economia e da forma como as relações sociais se dão.

Deste modo – e tomando como orientação os resultados obtidos em nossos estudos de caso – devemos considerar a ampliação do conceito de segurança para incluir também ameaças não-militarizadas que, diferentemente da guerra, são presença constante nas relações sociais e, por isso, deveriam ser consideradas como essenciais na prevenção e resolução de conflitos. Estas ameaças não-militarizadas existiriam não só nos Estados alvos de intervenções, mas também

em Estados supostamente pacíficos. O campo teórico da resolução de conflitos deveria ser capaz de abordar estas questões, buscando auxílio em áreas próximas, como nas abordagens citadas anteriormente ou mesmo nos Estudos para a Paz (“Estudos”). Estes apontariam que a preocupação excessiva com a violência física não esgotaria as dificuldades encontradas para a preservação do indivíduo. Os Estudos vislumbram seu objeto em guerra e não-guerra ou, de maneira mais ampla, em violência e não-violência (Boulding, 2000). Estas três abordagens são apenas algumas das muitas colaborações que podem ser feitas ao campo teórico da resolução de conflitos, de maneira a permitir que as perguntas que surgem no decorrer de uma intervenção de paz sejam respondidas da forma mais precisa possível.⁹³ Não temos a pretensão de esgotar a discussão, mas oferecer sugestões que nos parecem úteis para enriquecer a discussão realizada nesta dissertação.

Entretanto, para que as ameaças que se apresentam de maneira direta sejam identificadas e trabalhadas a partir destes novos marcos teóricos é necessário que se tenha apoio da comunidade internacional. Sua supressão dependeria de esforços de agências de desenvolvimento e do monitoramento de organizações, regionais ou não, para que se possa identificar de plano qualquer distúrbio que venha a surgir. Nos casos em que a intervenção internacional se faz necessária, como nos dois estudos deste trabalho, torna-se ainda mais importante a participação de terceiros ao conflito na sua resolução, especialmente se estes tiverem a capacidade de coerção junto as partes envolvidas na guerra. São estes terceiros os garantidores das condições a serem negociadas e seu envolvimento acaba por ser importante para estimular a adesão das partes aos compromissos assumidos.

Por depender da autorização do CS para serem criadas, as operações de paz contam com um mínimo de apoio internacional para o seu desenvolvimento, que garantiria ao menos a presença de forças da ONU, de maneira a tentar estabilizar o conflito e levar a uma estabilizar a região. Mas o desenvolvimento de uma operação de *peacekeeping* multidimensional, de caráter mais complexo, dependeria da intensa e efetiva participação internacional, não apenas da concordância do órgão da ONU e da delegação de um mandato a um grupo de

⁹³ Sobre sugestões de debates teóricos alternativos que complementaríamos o estudo da resolução de

Estados que não terá como cumpri-lo integralmente. A experiência de Serra Leoa demonstrou a dificuldade de se executar um mandato complexo sem o devido apoio internacional, incluindo fundos, disponibilidade de pessoal e a própria vontade de agir. O não-cumprimento do mandato e dos objetivos da Unamsil era consequência da pouca importância dada à missão africana. Por outro lado, a UNMIBH dispôs da dedicação e do suporte necessários para o seu pleno desenvolvimento, resultando em um processo bem sucedido em busca da paz. Isto demonstraria a importância que terceiros – e como terceiros nos referimos à comunidade internacional – têm no desenvolvimento de uma missão de paz, especialmente estas de maior complexidade.

A atuação nos processos de resolução de conflitos e a experiência adquirida em operações de paz anteriores proporcionariam a formação de modelos genéricos de ação, mas a evolução do campo não teria se limitado somente a isso. Cada missão de paz é desenvolvida a partir de um cenário específico. Apesar de demandar esforços semelhantes – uma generalização perigosa, pois estaríamos nos referindo às etapas negativas e positivas do *peacekeeping* –, estes esforços devem ser desenvolvidos de maneira a observar as peculiaridades culturais e sociais de cada região. É importante, porém, que as diferentes concepções de paz sejam respeitadas e que a diversidade política e cultural existente entre elas seja preservada. Afinal, como bem coloca David Keen (2000, p. 18), de uma forma ou de outra, todos querem a paz, mas preferencialmente a *sua* idéia de paz. Não bastaria apenas enxergar a paz apropriada para um grupo de indivíduos ou Estados, através de uma análise fria e em curto prazo, tal como foi feito para se decretar o sucesso da operação de paz em Serra Leoa: a estabilidade obtida naquele país não implica na sua continuação por um período posterior ao fim da Unamsil e, considerando o panorama histórico daquele Estado, a expectativa é do retorno aos golpes políticos tal como na década de 1990. Nada se fez para superar esta cultura de violência, diferentemente da BiH, onde o trabalho de construção de uma cultura de paz é planejado em longo termo.

Assim, como pudemos concluir, da forma como o seu campo hoje se apresenta, os estudiosos da resolução de conflitos acabam por demais limitados

aos conceitos operacionalizáveis pelos centros políticos de decisão, mesmo reconhecendo que cada conflito é único e deve ser tratado como tal. As dificuldades a serem enfrentadas caso não haja o devido apoio da comunidade internacional acabam por restringir o raio de ação de um campo que percebeu avanços nas últimas décadas, adaptando-se às necessidades dele exigidas. Se cada teoria serve para responder a um determinado questionamento, o instrumental teórico da resolução de conflitos deve, para atingir seus novos objetivos, incorporar outras à sua estrutura, de maneira a se adequar ao que se dispõe a responder. Conseguindo trabalhar dentro destes parâmetros e buscando auxílio em outras teorias, o campo teórico da resolução de conflitos estaria mais preparado para enfrentar os problemas que surgem e se modificam conforme as relações sociais acontecem.